

Psicologia e o debate de gênero: a ciência psicológica e a sexualidade em discursos acadêmicos

Psychology and the gender debate: psychological science and sexuality in academics speeches

Rizia Eduarda Andrade - riziaeduarda@gmail.com

Resumo

Os estudos dos conceitos de gênero e sexo vêm ganhando destaque em pesquisas psicológicas. Temas ligados à sexualidade vêm destacando a ciência psicológica como um todo e profissionais têm sido confrontados com uma realidade cultural que os colocam em posições éticas e metodológicas delicadas. Este trabalho tem como objetivo compreender as concepções de gênero conforme vêm sendo debatidas no contexto da psicologia científica, buscando analisar quais são os principais modelos conceituais apresentados. Foram identificadas pesquisas acadêmicas relacionadas aos descritores: psicologia, estudos de gênero, teorias psicológicas e feminismo. Após a seleção dos trabalhos mais relevantes procedeu-se com a análise dos conteúdos e observou-se como o modo de pesquisa em psicologia se esforça por integrar elementos dissonantes em seus conteúdos teóricos e técnicos. Ao final aponta-se a importância de uma psicologia científica mais conectada em seus campos de investigação e aplicação.

Descritores: Psicologia. Teoria Psicológica. Ciência do Comportamento. Feminismo.

Abstract

Studies of the concepts of gender and sex have been gaining prominence in psychological research. Themes related to sexuality have been highlighting psychological science as a whole and professionals have been confronted with a cultural reality that puts them in delicate ethical and methodological positions. This work aims to understand the conceptions of gender as they have been debated in the context of scientific psychology, seeking to analyze what are the main conceptual models presented. Academic research related to the descriptors was identified: psychology, gender studies, psychological theories and feminism. After the selection of the most relevant works, the content was analyzed and it was observed how the mode of research in psychology strives to integrate dissonant elements in its theoretical and technical content. In the end, the importance of a more connected scientific psychology in its fields of investigation and application is pointed out.

Key words: Psychology. Psychological Theory. Behavior Science. Feminism.

Introdução

O presente trabalho visa compreender quais as principais formas de análises apropriadas por vertentes da psicologia para trabalhar a categoria gênero. Para tanto é descrito ao longo do trabalho algumas questões que são problematizadas neste campo de estudos. A proposta principal é caracterizar narrativas como a psicanálise, o construcionismo social, concepções de psicologia comportamental e a influências das teorias pós-estruturalistas ou pós-identitárias, destacando como estes construtos reverberam para o campo da psicologia nos estudos de gênero, e ao demarcar as principais fronteiras teóricas desses discursos pretende-se facilitar o trabalho profissional e de pesquisadores da área.

A temática de gênero envolve uma série de análises críticas dos processos de produção de sentido dos significados atribuídos ao masculino e ao feminino, bem como as diferenças e/ou semelhanças composto no jogo de significados sociais atribuídos aos sujeitos femininos e masculinos. Tendo em vista que a psicologia tem sido chamada para se posicionar sobre o assunto, percebe-se que há um fértil campo de debate que se propõe a repensar as

categorias de gênero e de certa forma oferecer uma compreensão da diversidade teórica do tema aos psicólogos.

Para esta análise, serão considerados os trabalhos tanto da psicologia como de áreas afins, como a sociologia, a antropologia e a história, as quais servem como base para o posicionamento teórico de muitos psicólogos que trabalham com as questões e teorias de gênero. Ao final pretende-se basicamente oferecer um breve panorama dos conceitos discutidos, permitindo ao leitor se familiarizar com os principais problemas científicos e/ou técnicos referentes aos conceitos e/ou preconceitos de gêneros verbalizados entre vários discursos humanos. Ao se falar em preconceitos inclui-se formas depreciativas de se referir a sexualidade alheia até comportamentos agressivos em relação às pessoas que sejam consideradas ‘desviantes’ em sua sexualidade ou forma de identidade de gênero.

Será preciso inicialmente situar o leitor sobre os conceitos de gênero desenvolvidos pelo feminismo. Pela própria configuração do movimento, o feminismo não é um campo discursivo homogêneo, por isso mesmo cabe olhar mais detidamente para o panorama histórico e social que deram corpo às disputas e controvérsias nas discussões sobre as definições e os papéis de gênero. A importância do feminismo para o debate de gênero está na correlação histórica deste movimento com a emergência de novas metodologias de análise importantes para sua compreensão. Portanto, ao problematizar gênero, o feminismo aparece evocado tanto por ter sido o meio fundamental para a introdução destas questões nas ciências sociais, quanto por evidenciar a importância das relações de poder concretas que produzem os seus significados dissonantes. Mas, apesar de perceber as implicações políticas na temática de gênero, a proposta deste trabalho não será defender ou formular um conceito de gênero para uso dos psicólogos, mas sim procurar uma compreensão menos apaixonada e mais sóbria acerca dos gatilhos científicos e possibilidades de desenvolvimento intelectual que toda esta discussão pode oferecer a quem de fato se interesse pelo tema.

As Categorias de Gênero e o Feminismo

O movimento feminista começou por reivindicar direitos relacionados à cidadania, o que foi bastante expressivo nas décadas de 1920 e 1930 em países da Europa e na América do Norte. Naquele momento histórico, muitas melhorias foram conquistadas, como direito ao voto, acesso à propriedade e à educação. O feminismo desenvolvido ao longo da década de 1960 foi impulsionado por estas mudanças e trouxe consigo a ideia de igualdade de gênero, direitos e cidadania (Piscitelli, 2002).

Apesar do seu caráter predominantemente político, o feminismo rapidamente começou a se afirmar enquanto certo paradigma de mudança cultural radicalizando suas queixas para as mais diversas áreas da vida e do comportamento humano. Com este caráter ampliado, não demorou e o feminismo passou a reivindicar espaço nos ambientes de pesquisas científicas, a partir destas reivindicações as universidades e centros acadêmicos tornaram-se espaço de elaboração e disseminação das ideias e valores do feminismo.

Para fins de compreensão tem-se comumente dividido o feminismo em três momentos importantes. O primeiro diz respeito às lutas por cidadania conforme foi informado acima, e tal implicou a construção de um discurso que evocava uma história universal das mulheres. E foi naquele primeiro momento que se elaborou o conceito de patriarcado que tem servido para explicar as causas históricas da opressão do feminino em relação ao masculino (Piscitelli, 2002). Portanto, os primeiros esforços feministas foram no sentido de criar uma mobilização para a mudança desta opressão, mas acabou criando um discurso que homogeneizou a categoria de gênero e, ao fixar a sua análise no sistema do patriarcado, acabou por domesticar sua potência criativa. A partir da noção histórica dos conceitos de gênero tem-se como foco de atenção os atributos estáticos e fixos que se associam por meio dos lugares sociais que homens e mulheres desempenham.

A separação do gênero é uma tendência simbólica tão antiga na humanidade que remonta ao período de desenvolvimento da agricultura e conforme apontou Eliade (1976/2010) os lugares culturais de homens e mulheres estão associados a ideias e visões sagradas e por isto a noção de gênero esteve e ainda está tão indissociavelmente ligada à vida cultural dos povos.

A fertilidade da terra é solidária com a fecundidade feminina; conseqüentemente, as mulheres tornam-se responsáveis pela abundância das colheitas, pois são elas que conhecem o “mistério” da criação. Trata-se de um mistério religioso, porque governa a origem da vida, a alimentação e a morte. Mas, durante milênios, a terra - mãe dava à luz sozinha, por partenogênese. A lembrança desse “mistério” sobrevivia ainda na mitologia olímpica (Hera concebe sozinha e dá à luz Hefesto e Ares) e deixa-se decifrar em numerosos mitos e várias crenças populares sobre o nascimento dos homens da Terra o parto no solo, a colocação do recém-nascido sobre o chão etc. (Eliade, 1976/2010, p. 50-51).

Já em um segundo momento, o movimento feminista começou a repensar a validade histórica universal da concepção de patriarcado. Neste sentido, Scott (1989) aponta a vinculação teórica do feminismo com a teoria marxista, isto significa dizer que as noções de gênero e de subordinação feminina seriam um subcampo da opressão de classe presente nas sociedades capitalistas. Pode-se observar uma subordinação analítica da categoria de gênero em relação à teoria socialista de Marx, pode-se citar o trabalho de Cisne (2018) como exemplo desta associação teórica entre pauta feminista e as ‘lutas’ do ideário marxista. Tal correlação

tem funcionado como um tipo de vínculo ideológico necessário, sobretudo em áreas de pesquisa influenciadas por cátedras socialistas e muitas vezes carece de critérios de distinção entre aquilo que é próprio do sociologia das classes e da identidade de gênero. A dificuldade em identificar o lugar de cada tipo de desigualdade tem colocado o feminismo como um tipo de apêndice explicativo para o ‘socialismo’ academicista. Esta forma de ‘subordinação’ para com as pautas socialistas é algo no mínimo irônico quando consideramos a predominância da liderança masculina dentro dos países¹ que preservaram traços do ideário marxistas.

A incorporação das ideias marxistas para trabalhar entre as feministas deu um fôlego teórico novo aos estudos ao associar aos significados de gênero com seu caráter social dinâmico, mas como muito dos movimentos históricos do marxismo acabaram se desmembrando em incontáveis vertentes e métodos analíticos sociais, tem-se que aquilo que hoje poderíamos chamar de feminismo socialista está mais presente entre pesquisadores que adotam como ponto de vista principal o construcionismo social. Ponto de vista que analisa a categoria gênero como uma identificação normativa que se impõe ao sujeito através das relações sociais aprendidas. No entanto, Scott (1989) faz uma crítica a este modelo explicativo, que apenas descreve gênero em termos de relações sociais, mas não apresenta uma análise consistente sobre como os modelos sociais atribuídos ao gênero foram formados e mantidos ao longo do tempo. Portanto, há uma lacuna no entendimento de quais os princípios históricos que constroem e regulam a apropriação do conceito de gênero.

Diante das lacunas deixadas pelas pesquisas sociais em gênero, surgiu um movimento mais recente, que advoga para si os holofotes acadêmicos. A forma teórica mais recente do feminismo associa o sujeito político com o sujeito do conhecimento, fala-se em como modelos de pensamento acerca da subjetividade estão associados a modelos de dominação político/ideológica. Pode-se visualizar seu poder de ação e valoração cultural como algo realmente revolucionário tanto no que se refere à consolidação dos valores feministas tradicionais quanto com relação à introdução de temas e conceitos filosóficos mais sutis como a relação entre a experiência subjetiva do ser do conhecimento (que na filosofia é colocado enquanto um universal abstrato) com a experiência corporal do gênero que se associa ao ser singular (que na filosofia é considerado o ser individual do sensível que se encontra na dispersão do ser universal). toda sutileza está em tentar conciliar os aspectos do ser universal (presente nos conceitos da ciência) com o ser singular da experiência subjetiva que, por estar sujeito a mudanças ao longo do tempo, não pode ser reduzido a um dado científico generalizável.

¹ A título de exemplo destes países, pode-se citar a República Popular da China e a antiga União Soviética onde os postos de comando, tanto dos partidos dominantes quanto das estruturas estatais estavam nas mãos masculinas

portanto, o maior desafio contido nessas pesquisas reside justamente na absorção massiva e consciente de uma ampla gama de autores da filosofia contemporânea; da psicanálise; linguística; além dos já históricos estudos em sociologia.

De acordo com Louro (2001) para compreender efetivamente como se constroem as categorias de gênero, têm sido desenvolvidas ideias que operam certa desconstrução conceitual e dos processos históricos e de linguagem que foram naturalizando o gênero nas relações sociais. Esta análise conceitual foi empreendida, principalmente, por meio da teoria *queer* que se põe a pensar os aspectos filosóficos e linguísticos que funcionam como demarcações lógicas precisas na mente das pessoas. O termo *Queer* vem do inglês e significa em uma tradução direta algo estranho, ridículo ou excêntrico, geralmente é utilizado como uma expressão pejorativa em relação à população homossexual (Louro, 2001). Esta teoria se baseia na leitura, principalmente no contexto acadêmico norteamericano, das concepções das filosofias do contexto acadêmico francês.

Judith Butler é considerada uma grande expoente na teoria *queer*, em seus trabalhos sobre gênero, considera-se a importância do corpo enquanto lugar de elaboração das normas. Nestes termos, o gênero é compreendido como um conjunto de regulações sociais discursivamente produzidas. Os atos, gestos, comportamentos e sentimentos relacionados aos corpos seriam então meras *performtvidades* atribuídas a cada gênero, que com o passar do tempo ganham aparência de uma substância devido a seu uso e repetição (Piscitelli, 2002). Portanto, as identidades ou essências de eu feminino ou masculino não seriam possíveis se não por ocasião das codificações discursivas que se perpetuam no tempo. O modelo de pensamento adotado por Piscitelli vê no gênero uma identidade meramente linguística, que na existencial humana concreta se modifica ao ponto de não serem mais reconhecidas como reais. A personalidade tida como única e indivisa que nos acompanha a partir do nascimento, seria neste entendimento, uma crença e como qualquer outra estaria sujeita a modificações e alterações arbitrárias. Por esta via de compreensão filosófica a categoria de gênero tem sido celebrada como uma multiplicidade de experiências que não necessariamente precisam estar restringidas a esta ou aquela normatividade vigente.

A principal ideia levantada pela teoria *queer* é a de não aceitar um conceito fechado de gênero e sua identificação. Visa do ponto de vista político e cultural subverter e mobilizar as formas tradicionais de pensamento. A forma de compreender a categoria de gênero passaria então por repensar as 'supostas' identidades fixas e imutáveis tal como operada na compreensão de gênero meramente a partir do funcionamento social atribuído a homens e mulheres (Louro, 2001).

Gênero e o Contexto Pós-identitário

Os questionamentos a respeito da categoria de gênero têm sido mobilizados especialmente por correntes de pensamentos alinhados ao feminismo e ao trazer em seu bojo um modelo subversivo em relação a certas tradições filosóficas e metodológicas da ciência moderna. A crítica recai, sobretudo, no método cartesiano que já não responderia satisfatoriamente às demandas contemporâneas de produção de conhecimento.

Neste sentido, as concepções racionalistas da cientificidade moderna e pretensamente neutra sofreram abalos conceituais. O primeiro destes foi o sistema explicativo de Marx que apontou para o caráter propriamente conflituoso das relações sociais e econômicas ao longo da história, assinalando a operacionalidade da alienação como um permanente artifício das classes dominantes sobre as dominadas (Costa, 1997). A crítica marxista representou um abalo ao pensamento de progresso contínuo da história do homem. Outro abalo foi realizado por Freud, quando afirmou que o homem era basicamente governado por instintos e pulsões irracionais, colocando em evidência o chamado sujeito do inconsciente, desnaturalizando mesmo as bases conceituais da metafísica racional que tinha a tendência de considerar o eu consolidado por uma identidade absoluta de si mesmo, porém, no estabelecimento da psicanálise tais crenças foram abaladas por várias desordens para as quais não se encontraram explicações claras nas ciências médicas da época.

A sequência de ideias que então se oferece a nós é a seguinte: normalmente, nada nos é mais certo que o sentimento que temos de nós mesmos, de nosso próprio eu. Esse eu que nos parece independente, unitário, bem distinto de todo o resto. Que essa impressão seja uma ilusão, que o eu, ao contrário, se prolongue para o interior, sem fronteiras definidas, num ser psíquico inconsciente que chamamos de “isso”, ao qual serve, por assim dizer, de fachada, eis algo que nos mostrou pela primeira vez a investigação psicanalítica, que ainda nos deve muitas informações acerca da relação do eu com o isso (Freud, 1930/2017, p. 44).

Mais recentemente os estudos em linguística desenvolvidos por Saussure (tendo como principal e mais influente obra o *Cours de Linguistique Générale* de 1916) que serviu de base para a desconstrução crítica dos processos de produção de significados e sentidos na compreensão das experiências humanas. Sob a influência de todos esses pensadores Foucault (1970/1996) desenvolveu uma obra, apontando entre outras coisas que a ideia do sujeito racional e da história linear seriam apenas enunciados discursivos forjados por complexos mecanismos e tecnologias de controles produzidos ao longo da história ocidental (Costa, 1997).

Freud ao se debruçar sobre o inconsciente ajudou a formar uma ruptura conceitual que tornou *o sujeito do conhecimento* cartesiano algo cognitivamente inseguro de si mesmo. Ou seja, se a certeza mais fundante da razão científica moderna poderia ser algo tão questionável e perturbável como então se poderia considerar os conhecimentos científicos como válidos universalmente e aplicáveis em causalidades perfeitamente claras? As bases do conhecimento moderno encontraram questionamentos que levaram a uma relativização quase que completa das noções de sujeito e da legitimidade do conhecimento científico como uma verdade de validade e aplicabilidade durável (Cunha, 2005).

De acordo com Cunha (2005), a questão mais inquietante neste debate refere-se à impossibilidade de estabelecer padrões identitários que deem conta das ambiguidades que cercam o homem contemporâneo.

A problemática que envolve as noções de identidade e como ela se cola a categoria gênero estaria sobreposta ao seu caráter difuso e polimorfo. Sendo, portanto, passível de desconstrução no campo dos jogos discursivos. E, neste sentido, Cunha (2005) argumenta que para desconstruir a noção de identidade seria necessário primeiro deslocar a noção de sujeito moderno, analisando as instituições fundamentais que operaram esta noção.

Portanto, tomando como base a argumentação de Cunha (2005), há uma associação entre a crise identitária moderna e o próprio elaborar do pensamento científico em torno das categorias de gênero não se apresentam de forma aleatória, mas existe em torno destes temas a manifestação de uma crise que sugere que a ciência psicológica, apesar de sua aplicabilidade prática recorrente, apresenta aos pesquisadores um objeto que não está totalmente seguro de si mesmo. A complicação em torno das noções de identidade não são apenas fatos isolados ao campo dos estudos de gênero, pois ao se considerar o desenvolvimento da ciência psicológica logo se notará essa grande fissura também, só que estando relacionada às definições operacionais de personalidade, consciência, sujeito do inconsciente ou outros correlatos que remetem a identidade do objeto principal da psicologia.

Um personagem muito importante para configuração da crise dentro dos fundamentos do pensamento moderno foi, sem dúvida, o filósofo Nietzsche (1906/2015) que entre outras coisas introduziu a paixão pelo conhecimento como uma forma de viver dramaticamente aquilo que se descobre como verdadeiro, ele tomou a filosofia como um meio de aperfeiçoar o sentido natural daqueles que desejam ser possuidores de algum conhecimento.

O novo encontra em nossos sentidos hostilidade e relutância; que, em geral, até mesmo entre os processos “mais simples” da sensualidade, prevalecem afetos como o medo, o amor, o ódio, e o afeto passivo da indolência. Assim como hoje em dia um leitor não lê todas as palavras (sem falar nas sílabas) de uma página - prefere ler cinco de cada vinte palavras e "adivinhar" o

provável sentido do resto da oração - , nós também não vemos completamente os detalhes de uma árvore, suas folhas, galhos, cores e formas; achamos mais fácil imaginar sua forma. Mesmo em meio às mais marcantes experiências nós fazemos a mesma coisa; fabricamos a maior parte da experiência e dificilmente somos capazes de contemplar um evento, a não ser como “inventores” dele (Nietzsche, 1906/2015, p. 97).

Fragmentos do pensamento deste autor ainda reverberam nas ideias de Foucault (1970/1996) e acadêmicos de mentalidade similar a dele. Nas mais recentes pesquisas sobre a temática gênero tanto o alemão Nietzsche quanto o francês Foucault têm sido aproveitados e *recombinados*, especialmente na obra de Butler (2003) que, como principal referência dentro das teorias críticas da identidade, se apropria destas várias críticas epistemológicas e conceituais elaboradas no contexto da ciência moderna tendo como tese principal a análise dos aspectos formadores dos pressupostos ontológicos que fundamentam a noção de especialização do gênero.

A ideia de performatividade em Butler (2003) é uma elaboração conceitual para trabalhar com as questões relativas ao gênero em suas manifestações sociais e linguísticas ao mesmo tempo em que se procura dialogar com as questões do sujeito e seus desejos *performativos* em relação à própria identidade. Na noção de performatividade está implícito a indissociabilidade do corpo e do ser, e também se correlaciona o gênero ao sexo de um modo ambivalente, sendo, portanto experiências impregnadas de expectativas subjetivas e sociais. Esta é uma concepção que procura superar o dualismo mente/corpo trabalhado nas ciências sob o código da segmentação do gênero em contraposição ao que é próprio ao sexo biológico. Neste sentido, *performatividade* não é mero construtivismo, pois esta noção pressupõe a presença de alguém que constrói, o que não é o caso, pois quando se trata de *performatividade* estariam implicados uma série de atos de repetição e reprodução a uma determinada norma até que esta se torne institucional e atinja a categoria semântica de natureza humana (Porchat, 2013). Outra autora importante para entender as formulações do feminismo é a Beauvoir (1980) que encontrou na categoria de gênero uma admirável quantidade de mitos e fábulas que a cultura humana foi capaz de *inventar* na tentativa de alcançar a explicação exata da diferenciação biológica, mas quase sempre as coisas terminavam com um ‘tipo’ de integração místico imaginativa a qual os homens de pensamento filosófico chamam comumente de *ato sexual*. A performatividade está portanto fundada numa certa incapacidade humana em alcançar a realidade subjetivamente diferente de seu próprio ser e então segue-se a forma padronizada de viver as diferenças do gênero como se isto mesmo fosse o auge da diferenciação do ser.

A separação dos indivíduos em machos e fêmeas surge, pois, como um fato irreduzível e contingente. A maior parte das filosofias tomou-a como admitida sem pretender explicá-la. Conhece-se o mito platônico: no princípio havia homens, mulheres e andróginos; cada indivíduo possuía duas faces, quatro braços, quatro pernas e dois corpos, colados um a outro;

foram um dia "partidos em dois, da maneira como se partem os ovos" e desde então cada metade procura reunir-se à sua metade complementar; os deuses decidiram, posteriormente, que pela junção das duas metades dessemelhantes novos seres humanos seriam criados. Mas é só o amor que essa história se propõe explicar: a divisão em sexos é tomada, de início, como um dado. Aristóteles não a justifica melhor, pois se a cooperação da matéria e da forma é exigida em toda ação, não é necessário que os princípios ativos e passivos se distribuam em duas categorias de indivíduos heterogêneos. Assim é que Sto. Tomás declara que a mulher é um ser "ocasional", o que é uma maneira de afirmar — numa perspectiva masculina — o caráter accidental da sexualidade. Hegel, entretanto, teria sido infiel a seu delírio racionalista se não houvesse tentado fundamentá-la logicamente. A sexualidade representa, a seu ver, a mediação através da qual o sujeito se atinge concretamente como gênero (Beauvoir, 1980, p. 27-28).

Ao dizer que a produção e reprodução das identidades de gênero obedeceria à lógica falocêntrica e da heterossexualidade compulsória, Butler (2003) propõe uma negação metodológica e epistemológica em relação ao conceito de identidade, criticando a noção binária feminino/masculino a partir de onde têm-se configurado a separação do gênero para uni-lo no casamento, e o o casamento seria então um pilar básico de toda a operação de poder no mundo jurídico seja antigo seja moderno.

É por meio desta concepção do binário que normalmente tem-se a operacionalização do poder em torno do gênero. Butler argumenta: “Existe uma região do “especificamente feminino”, diferenciado do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e conseqüentemente presumida das “mulheres”? (Butler, 2003, p. 21). O uso do poder relacionado aos lugares sociais do gênero é algo muito amplo e seria necessário outra pesquisa para melhor detalhar este fato na história dos homens, porém, basta destacar que as normas sociais sobre o gênero se expressa de forma evidente por meio do uso sacramental e do ato jurídico ligados ao casamento. Seja de uma forma religiosa ou de uma forma civil, mas o que fica evidente é que a legitimidade da união do gênero é um fato social elementar no uso do poder entre os homens e isto ocorre desde longa data conforme foi descrito no trabalho de Eliade (1976/2010), mas para a união ser possível, primeiro se opera na mentalidade humana a divisão binária que colocam homens e mulheres em *‘lugares cósmicos’* opostos.

No uso do conceito de gênero tem sido observada uma diferenciação semântica que coloca o gênero como função social oriunda diretamente do sexo biológico, porém, o acontece é que a norma não segue o corpo mas persegue o corpo, portanto, antes mesmo do ser humano nascer já se prepara o ambiente familiar conforme os ‘atributos’ sociais relacionados ao gênero daquela criança específica. Por isso cabe destacar aqui o que seria esta diferença, pois que tal distinção só pode ser percebida quando se entende a utilização discursiva para condicionar certas formas de comportamento aos sexos biológicos. Butler (2003) assim como a Beauvoir (1980) não negaram a diferença biológica dos sexos, mas desconfiaram das amarrações culturais

carregadas de ‘ilusões’ e mitologias que sempre exerceram um controle mimético sobre os tipos de comportamentos executados por homens e mulheres.

Então, agora quem pergunta é quem escreve: a pergunta da Butler tem alguma importância real? Espera-se que ao final o leitor atento consiga tirar suas próprias conclusões e se permita a aumentar as próprias possibilidades de entendimento do que seria realmente o gênero na ordem do ser. Quem é o ser humano, ou melhor, o ser humano é uma ser unitário em si mesmo ou dependeria da unidade biológica do sexos para chegar a unidade de seu gênero e assim atingir o mais próprio do ser singular? Ainda que não possa esgotar o ser em termos de propriedades ou definições substantivas sabe-se, contudo, pela própria experiência ordinária do viver que o ser existe e o *não-ser* é logicamente impensável, pois sendo assim, o ser do humano é anterior ou posterior ao seu gênero? Esta é a grande questão filosófica que o feminismo moderno levantou, e ainda que as conclusões pareçam superficiais, contudo, merece todo o trabalho conceitual que tem gerado em torno do assunto.

Pensando nas questões epistemológicas que envolvem toda esta teorização de gênero, Azeredo (2010) discutiu suas implicações para a psicologia, afirmando que as questões de gênero são mais complexas e envolvem aspectos que psicólogos (as) negligenciaram historicamente, apesar disso, muito pesquisadores em psicologia podem rever seus parâmetros de modo a enxergar aquilo que tradicionalmente foi excluído por ser considerado fora das normas.

As normas são certas tradições repetidas e por isso mesmo é tão difícil pensar fora delas, mas pensamento livre sempre será aquele que tem o poder de impor as normas, sem isso o homem se torna apenas um ser apático e vencido pela sua capacidade da fala. Falar é o começo do conhecimento, não seu fim, o fim do conhecer é ser livre e para quem é realmente livre pensar é algo como que extensão do próprio ser que vive. É comum na produção científica a exigência de definições, por isso ao se elaborar um trabalho sobre gênero, por exemplo, é exigido deixar claro o posicionamento acerca do mesmo, mas ao definir gênero como um mero objeto científico corre-se o risco de reduzir a experiência humana em relação ao gênero como infelizmente tem ocorrido largamente. Mesmo entre supostos defensores da liberdade do gênero ocorre uma miopia onde os interesses recai mais uma vez sobre a norma, o exemplo disso é a o luta de movimentos sociais em ‘legalizar’ a união homoafetiva, vê-se nisto mais uma tentativa de impor a norma, pois legalizar é estabelecer a lei enquanto mediador.

E como toda esta discussão tem impactado a psicologia enquanto campo de saber e enquanto aplicação prática? Para entender isso será preciso compreender que a tal crise identitária evocada nos textos de Beauvoir (1980) e Butler (2003) não se trata apenas de uma disputa hermenêutica em contextos acadêmicos ou simples ditames de novas modalidades de

representatividade político/partidária, mas tem-se inscrito na ordem de vida e de experiência subjetiva de muitos homens e mulheres destes tempos, o número crescente de pessoas com comportamentos e sentimentos de gênero considerados desviantes, que inclusive afetam suas relações familiares, legais e religiosas, são só alguns exemplos empíricos da importância dos assuntos tratados nos estudos citados até aqui.

Ao se pôr a pensar e tentar desvendar as linhas argumentativas dos discursos em torno do gênero não se está simplesmente apelando a um tipo de sexualização do discurso acadêmico, ainda que isto possa ocorrer afinal já desde Freud (1930/2017) que a conduta sexual dos homens tem sido colocado como objeto da ciência psicológica e isto tem sido um fator complicador tanto para o cientista quanto para os seres humanos onde este "objeto" se encontra evidente.

O trabalho psicanalítico nos mostrou que são precisamente essas frustrações da vida sexual o que os chamados neuróticos não toleram. Em seus sintomas, eles criam para si satisfações substitutivas, as quais, porém, produzem sofrimento por si mesmas ou se tornam fontes de sofrimento ao lhes causar dificuldades com o mundo circundante e com a sociedade. Este último fato é facilmente compreensível, o primeiro nos propõe um novo enigma. A cultura, porém, ainda exige outros sacrifícios além do da satisfação sexual (Freud, 1930/2017, p. 118).

Portanto, ao procurar a coerência em torno dos atributos de gênero, o psicólogo não apenas terá melhores condições de lidar tecnicamente com estes fenômenos quando eles se apresentarem em seu contexto profissional, como também poderá perceber a importância capital do objeto próprio da psicologia enquanto o lugar mesmo onde todo tipo conhecimento pode acontecer. O objeto evocado na ciência psicológica (seja qual for a nomenclatura utilizada) já traz em si todas as possibilidades de conhecimentos, por isso que na identificação do sujeito do conhecimento e suas formas de apreensão não se separam. Na ordem do ser, o conhecer torna-se o senhor das próprias vontades daquele ser qualquer.

Algumas Narrativas da Psicologia e o Debate de Gênero

A ciência psicológica também é herdeira da racionalidade moderna, e como tal reproduz em diferentes áreas do seu domínio a predominância de noções essencialistas, e o principal organizador desta ciência moderna foi o alemão Wundt (1911/2018) que em seu clássico *A fundamentação da psicologia científica*² já postulou a necessidade de separação da psicologia científica em relação aos aspectos filosóficos da metafísica clássica que subalternizavam o conhecimento psicológico a um mero instrumento da filosofia. Mas enquanto área do conhecimento autônoma o fim principal da psicologia é atingir a totalidade da experiência humana pela realidade imediata, isto significa que a integração dos conteúdos (sentimentos,

² Título original: *Über die Definition der Psychologie*

pensamentos, intuições etc) que se dão no ser consciente tal como é apresentada pelo *indivíduo corpóreo*.

Para os fins propostos neste trabalho foram consideradas algumas narrativas do campo da psicologia, de modo a relacioná-las ao campo dos estudos de gênero quais sejam: o construcionismo social; a teoria comportamental; a psicanálise; e o pós-estruturalismo; a escolha destas formas de narrativa estão relacionadas a aproximação entre a temática gênero e os comportamentos sociais do homem, expressando-se inclusive nos chamados *instintos* inscritos nos desejos sexuais. As perspectivas selecionadas já possuem um arcabouço teórico e empírico robusto acerca do tema em estudo, portanto, devem ser consideradas quando se procura estabelecer critérios científicos ao tema gênero. É importante destacar que são apontamentos não conclusivos, pretende-se apenas situar toda a discussão de gênero nos vários ambientes de pensamento constituídos dentro da psicologia científica contemporânea.

No que se refere ao construcionismo social, nota-se a valorização do conceito de subjetividade, enquanto um correlato das noções de sujeito do conhecimento tal como elaborada para melhor operar a ciência moderna. A noção de subjetividade que a psicologia social construiu tem fortes raízes no pensamento de associação direta entre a ideia de identidade e o sujeito real, como se o objeto científico fosse uma fotografia perfeita da realidade de onde é retirada enquanto imagem; isto significaria dizer que ao ter experiências de crises existenciais passa-se a considerar o ser do homem como sendo fragmentário em sua natureza própria, de modo que a crise seria certo indicativo de que a identidade está se quebrando, ou seja, já em si mesmo algum fragmento sempre incompleto. Tal correlação é um erro tanto do ponto de vista científico quanto filosófico, é errar duas vezes, primeiro por não entender o caráter imagético encerrado na própria ciência moderna enquanto uma expressão da construção da autoimagem da humanidade, e o segundo erro está ligado a uma compreensão filosófica superficial, onde se confunde a manifestação da coisa no mundo sensível como se esta manifestação já resumisse todas as possibilidades existenciais do ser em questão.

Segundo Scott (1989) o construcionismo social é a tendência de analisar os fenômenos de gênero a partir das relações sociais entre os homens e as mulheres. Nesta concepção está implícita a ideia de papéis sociais, que apesar de terem origem social diferentes, seriam idênticos em qualquer contexto. Ao assinalar o caráter construído do gênero, o construcionismo coloca esta categoria como um aspecto mutável, mas sempre reconhecível nas relações concretas dos sujeitos no interior da sociedade (Nogueira, 2001).

Nesta perspectiva, *os novos* arranjos familiares são vistos como simples mudanças de papéis de gênero. Assim, o debate girava em torno de conduzir a psicologia a aceitar estas novas

formas de família (Negreiros 2004). O que Negreiros chamou de *novo* arranjos familiares' é na verdade o velho sob novos nomes ou novas 'funções' sociais, no texto dela a diferença está colocada em termos da divisão dos papéis sociais de mãe e pai ambos atribuídos respectivamente a mulher e ao homem, mas com mudanças culturais a mãe deixou o lar e foi ao trabalho como o pai, o homem por sua vez 'perdeu' seu lugar de 'provedor' maior e tornou-se o ajudante da mulher que tem que assumir o cuidado dos filhos tal como a mulher, e somando-se a isto tem-se as chamadas família 'homoafetivas' onde pessoas do mesmo sexo se juntam em união conjugal e passam a querer educar filhos tal como o par (homem e mulher) fazem. O construcionismo social elabora uma crítica sobre as formas hierárquicas de subordinação no gênero, mas não leva às últimas consequências estas críticas, no sentido de questionar os operadores lógicos ainda presentes na concepção de sujeito que é construído, o que será mais contundentemente elaborado pela perspectiva pós-estruturalista e dos agentes da teoria *Queer* sendo a principal teórica a Butler (2003).

Em se tratando das questões comportamentais ligadas ao gênero a teoria construcionista deixa a desejar, pois não consegue explicar como as teorias comportamentais o porquê dos sujeitos adquirem e reproduzem certos padrões de personalidade. A característica básica das psicologias comportamentais é sua vinculação com o método da ciência positivista, ao menos em suas origens com o comportamentalismo metodológico. Mas o comportamentalismo radical, proposto por Skinner é o mais influente para os psicólogos que se apropriam desta abordagem. Nesta perspectiva desconsideram-se os aspectos não diretamente observáveis como os sentimentos e emoções, os chamados eventos privados, sendo estes acessíveis ao conhecimento científico por meio da interpretação funcional dos comportamentos (Moneira & Todorov, 2009). Portanto, o método de interpretação sobre os comportamentos será feito tendo em vista a relação com o ambiente observado (Tourinho, 2003). Assim sendo, os comportamento do gênero seriam adquiridos inicialmente por modelagem, a aprendizagem comportamental é muito mais eficaz quanto maior a familiaridade com os modelos apresentados ao ser humano, neste caso, a forma de experiência do gênero depende da modelo diretamente oriundo da família ou cuidadores da criança, sejam estes os pais, avós, professores ou até vizinhos e amigos próximos.

Outra ideia característica desta abordagem psicológica é a noção de determinismo ambiental, sendo o humano considerado somente um organismo complexo a interagir com o meio natural em que vive. Cabe destacar também a influência da teoria evolutiva de Darwin, assim, todos os comportamentos humanos ao longo da sua história estão relacionados aos processos adaptativos que desenvolvemos (Marçal, 2010).

Mas ao explicar o gênero como correlato direto da sexualidade o comportamentalismo torna-se frágil em suas explicações, pois considerar o gênero biológico como padrão normativo exclusivo é perder de vista os condicionamentos propriamente psicológicos que acontecem na apresentação dos comportamentos ligados ao gênero. Para contornar estas limitações, pode-se recorrer as explicações do psicanalista Birman (1999) que apontou a diferenciação originária dos gêneros como a espinha dorsal para a teoria do desenvolvimento psicosexual conforme apontando pela teoria e prática psicanalítica. Assim, a grande revolução da psicanálise foi inocular nas ideias científicas a sexualidade como uma questão decisiva na constituição do sujeito pensante. O discurso freudiano destacou o aspecto polissêmico da sexualidade, seu caráter rico em significados diversos. Até Freud a noção que se tinha da sexualidade humana ainda estava muito vinculada à natureza biológica, mas a psicanálise destacou a interação e condensação dos significados psíquicos que atribuímos ao sexual (Birman, 1999).

De acordo com a argumentação de Birman (1999) o discurso psicanalítico operou a construção das diferenças sexuais em torno do pênis ou falo (psicanálise lacaniana). Desta forma, a configuração do gênero se estabeleceria por meio da oposição básica entre o masculino (sujeito que tem o falo correlato linguístico do órgão genital) em oposição semântica ao feminino (sujeito que não tem o falo). As teorias feministas criticaram veementemente este tipo de discurso, argumentando que este é uma parte da psicanálise que coloca o sujeito feminino no lugar do negativo, do que sente a ausência e a falta. De fato, tal crítica pode ter grande dose de razão, afinal, apesar das inovações no campo da sexualidade, a psicanálise ainda preservava os padrões de gênero predominantes na sua época.

No que concerne à diferenciação dos gêneros, a psicanálise freudiana construiu um esquema de oposição que estava muito ligado às noções de masculino e feminino presente na Europa do século XIX. A figura do feminino estava relacionada à ideia de fraqueza e passividade, enquanto a figura do masculino a ideia de força e atividade (Birman, 1999).

Noções de Gênero da Psicologia Pós-estruturalista

A coletânea de artigos (CFP, 2013) com o título Psicologia: Uma Profissão De Muitas E Diferentes Mulheres, traz os resultados de uma ampla pesquisa qualitativa que foi realizada com várias psicólogas em diversos estados da Federação, nos seus respectivos conselhos regionais. A motivação da pesquisa partiu da constatação de a psicologia ter sido uma profissão predominantemente feminina. O objetivo da pesquisa foi fazer uma análise dos discursos produzidos pela psicologia sobre as questões de gênero e sexualidade, procurando com isso questionar as noções predominantes sobre gênero na psicologia (CFP, 2013).

A partir destes trabalhos nota-se um esforço em repensar as categorias tradicionais que a psicologia científica produziu acerca de gênero. Há nos textos um tom de engajamento que nos levam a refletir como a psicologia em termos institucionais aplica esses conceitos para os profissionais e de que maneira estes profissionais podem melhor se apropriar do debate para sua prática cotidiana, sem perder de vista as várias sutilezas filosóficas que podem ser levantadas sobre o assunto (CFP, 2013).

Porchat (2013) descreveu brevemente as concepções de sujeito sustentado pelas diversas vertentes da psicologia e apontou as limitações que tais concepções oferecem ao trabalho do psicólogo junto aos grupos sociais. A perspectiva comportamental, por exemplo, toma como objeto o comportamento, sendo o humano entendido como conjunto de contingências ambientais. Há também a teoria psicanalítica que trabalha com o sujeito do inconsciente o que implica em uma noção de determinismo psíquico. Há ainda as perspectivas humanistas e existenciais que trabalham com uma noção de sujeito ou *self* autodeterminados pela sua própria liberdade e intencionalidade no mundo.

Porchat (2013) defende a importância de um embasamento teórico para o psicólogo, para evitar o risco de uma prática baseada no senso comum. Contudo, não se furta a tecer suas críticas em relação às concepções de sujeito enquanto substancial ou pré-determinado, noções predominantes em boa parte das perspectivas psicológicas. As principais narrativas psicológicas são herdeiras do pensamento científico fundamentado na presunção de verdade, e como tal estabelece em seus pressupostos noções de sujeito que sejam reconhecíveis universalmente e inequivocamente, tal situação é incontornável. Entretanto, ter entendimentos racionais ou pensamentos abstratos universais sobre um tema não implica necessariamente na exclusão das questões ambivalentes presentes nas experiências do gênero, pois o psicólogo só pode de fato delinear o seu trabalho de acordo com o caso específico e a demanda apresentada e isto não anula seus conhecimentos *a priori*, mas se eticamente manejado podem inclusive enriquecer o conhecimento científico em sua área de atuação.

Segundo Foucault (1970/1996) em toda sociedade, mas principalmente na nossa, os discursos passam por um processo de produção, agrupamento, exclusão e interdição que são procedimentos institucionais e normativos de controle sobre os enunciados discursivos. Com os discursos da psicologia não é diferente. Esses procedimentos normativos têm como função principal estabelecer os objetos do discurso, quem pode falar sobre esses objetos e em que circunstâncias essa fala se dará, de modo que são produzidos os rituais de enunciação dos discursos.

Müller e Toneli (2013) analisaram o discurso de profissionais em psicologia, procurando descrevê-los a partir do fundamento epistemológico da desconstrução ou pós-estruturalista. As falas analisadas neste estudo refletem a visão da psicologia enquanto uma profissão tradicionalmente feminina, pois foi historicamente associada às noções de cuidado, sensibilidade e, portanto, mais ligada ao que se compreende como do domínio do feminino. Mas as autoras criticam essa maneira de operar os signos de gênero e sexualidade, a proposta principal da pesquisa foi analisar as estruturas da linguagem que fundamentam os conceitos de gênero e sexo no senso comum das psicólogas participantes da pesquisa, na tentativa política de desnaturalizar tais concepções.

Foucault (1970/1996) entende que as práticas discursivas estão inscritas em complexos sistemas que estabelecem e codificam o que será tido como verdadeiro ou falso; aceitável ou inaceitável. Assim, é possível dizer que os enunciados de verdade ou falsidade são arbitrários e construídos a partir de procedimentos de controle que estão presentes nesses sistemas. A verdade desloca-se do seu lugar *a-histórico* e *a-temporal* para pôr-se a serviço da '*vontade de verdade*', que é uma constante nas estruturas de saber e poder produzidas pelo homem ao longo de sua história no mundo.

Observa-se, que nem todas as falas e discursos produzidos no interior da psicologia coadunam com a de gênero enquanto inscrito em uma matriz discursiva relacionada direta ou indiretamente às relações de poder operante na cultura acadêmica. Diante disso, a perspectiva pós-estruturalista ou pós-identitária procura mobilizar e problematizar os conceitos de gênero no sentido de promover mudanças na formação do psicólogo, procurando repensar as categorias de gênero, bem como os reflexos destas categorias no cotidiano profissional (Lima & Uziel, 2013).

Considerações Finais

Três pontos podem ser destacados dentro das conclusões deste trabalho bibliográfico. O primeiro diz respeito aos aspectos da identidade do ser no sujeito do pensamento, vê-se por exemplo, no texto de Beauvoir (1980) a preocupação em apontar a busca existencial por autonomia individual como central na percepção própria do gênero, desta forma, o maior problema associado ao feminino se daria na formação da autopercepção; já nas elaborações de Butler (2003) sobressai a relação entre o sujeito do conhecimento e a sua dinâmica na vivência pessoal do gênero, o que leva a discussão para o campo da psicanálise lacaniana onde a noção de gênero é decomposta em termos de significantes associados aos objetos da experiência imediata com aqueles com quem se estabelece uma relação de apego afetivo, por conta desta correlação originária entre desejos afetivos e significantes a percepção pessoal e comunitária acerca dos

atributos de gênero é mutável. Assim, o “eterno feminino” evocado por Beauvoir (1980) é tratado por Butler (2003) como um mero reflexo de fórmulas linguísticas enraizadas nas experiências cognitivas das tradições humanas.

O segundo ponto observado está relacionado aos aspectos normativos e legais em torno do gênero. A correlação indissociável entre a estrutura formal do casamento e a a unidade simbólica do homem e da mulher trazem a tona os elementos mitológicos mais antigos das civilizações, e conforme apontado por Eliade (1976/ 2010) há um conjunto de artefatos arqueológico que apontam a relação simbiótica entre a simbologia arquetípica do feminino e masculino como meio eficaz de manter as noções de equilíbrio e unidade cósmica, isto explica porque as normas sociais em torno do gênero quase sempre trazem repercussões significativas no aparato legal e religioso da sociedade.

E por fim o terceiro ponto, o objetivo principal deste trabalho, que é o lugar da ciência e da profissão psicológica em torno do debate de gênero. Enquanto área ligada ao estudo do comportamento e dos afetos humanos é natural que a psicologia seja utilizada como ferramenta de normatização, e dentro das atuais condições culturais a psicologia se sobressai como um tipo de ferramenta burocrática, mas sua real feição é ser uma área do conhecimento que comporta saberes oriundos de várias outras ciências, e quem se propõe a estudá-la precisa sair dos confortos ideológicos e das certezas metafísicas afim de perceber o real objeto psicológico. Portanto, a lacuna encontrada ao longo deste trabalho, e que fica como uma questão para pesquisas futuras, é o quanto profissionais e pesquisadores em psicologia podem estar se contentando com discursos e fórmulas ideológicas que repetem sem o devido embasamento teórico e técnico; ademais há o risco de rebaixar o discurso científico a meros embates em torno daquilo que Beauvoir (1980, p.7) chamou de “A querela do feminismo” que “deu muito que falar: agora está mais ou menos encerrada. Não toquemos mais nisso. . . No entanto, ainda se fala dela”.

Referências

- Azeredo, S. (2010 Janeiro). Encrenca de Gênero nas Teorizações em Psicologia. *Revista Estudos Feministas*, 18 (1), 2010, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100011>. Acesso em: 01 dez 2021.
- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo sexo – fatos e mitos*; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Birman, J. (1999). Erotismo, desamparo e feminilidade: uma leitura psicanalítica sobre a sexualidade. In J. Birman, *Cartografias do feminino; conferência pronunciada no*

- seminário Franco-Brasileiro, interdisciplinar, intitulado “Sexualidade e Ciências Humanas”, Universidade de Campinas, 1997. São Paulo: Editora 34.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (Trad. Aguiar, R.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, C. L. (1997, Agosto). Situando o sujeito do feminismo: o lugar da teoria, as margens e a teoria do lugar. *Revista de literatura: travessia*, n. 29/30, pp. 123-160, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/16847/15424>. Acesso em: 01 dez 2021.
- Cisne, M. (2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teóricos – políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serv. Soc. Soc*, 132, p. 211-230, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 01 dez 2021.
- Cunha, E. L. (2005, Janeiro). Indivíduo singular e plural: uma crítica psicanalítica das identidades [Tese de doutorado] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina, Rio de Janeiro.
- Eliade, M. (2010). II – A longa revolução: a descoberta da agricultura – mesolítico e neolítico. In M. Eliade, *História das crenças e das ideias religiosas, vol. I: da idade da Pedra aos mistérios de Elêusis* (pp. 41-65); tradução Roberto Cortes de Lacerda. São Paulo: Zahar. (Original published in 1976).
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso [Aula inaugural no Collège de France]*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo. (Original published in 1970).
- Freud, S. (2017). *O mal-estar na cultura*. Tradução: Renato Zwick – 2 ed. - Porto Alegre, RS: L&PM. (Original published in 1930).
- Lima, M. L. C; Uziel, A (2013). Gênero e Sexualidade na Formação e Prática Profissional em Psicologia. In: *Psicologia: Uma Profissão de Muitas e Diferentes Mulheres*. Conselho Federal de Psicologia, Brasília.
- Louro, G. L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*, 9, n.2, p.541-553, 2001. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.
- Marçal, J. V. S. (2010). Behaviorismo Radical e Prática Clínica. In: *Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudos de caso*. Porto Alegre: Artmed.
- Muller, R. F. & Toneli, M. J. F (2013). A Diferença Sexual Inflacionada E O Imperativo Do Feminino Em Psicologia. In CFP, *Psicologia: Uma Profissão de Muitas e Diferentes Mulheres*. Conselho Federal de Psicologia, Brasília.

- Moneira, M. B. & Todorov, J. C. (2009). Psicologia, comportamento, processos e interações. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 22 (3), p. 404-412, 2009, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300011>. Acesso em: 01 dez 2021.
- Negreiros, T. C. G. M., & Féres-Carneiro, T (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4 n. 1, 2004, from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100004
- Nietzsche, F. W. (2015). *Além do bem e do mal*. Tradução de Carlos Duarte e Anna Duarte. - 1. São Paulo: Martin Claret. (Original published in 1906).
- Nogueira, C. (2001) Feminismo e Discurso do Gênero na psicologia Social. *Psicologia & sociedade: revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*. 13(1), p. 107-128, 2001, Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>. Acesso em: 01 dez 2021.
- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher? In: Algranti, L. (Org.) *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, p. 7-42, 2002. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf>. Acesso em: 01 dez 2021.
- Porchat, P. (2013, março). Psicanálise, gênero e singularidade. *Revista faac, Bauru*, v. 2, n. 2, p. 195-202, 2013. disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/135/60>. Acesso em: 01 dez 2021.
- Scott, J. W (1989). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Texto original: Scott, J. W. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. Tradução: Rufino, C. & Avila, M. B. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%A9nero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 01 dez 2021.
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em Psicologia: a Análise do comportamento. *Psicologia ciência e profissão*, 23 (2), 33-41, 2003, Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414_98932003000200006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 01 dez 2021.
- Wundt, W. (2018) A fundamentação da psicologia científica; tradução de Saulo de Freitas Araujo. São Paulo: Hogrefe. (Original published in 1900 – 1911).

Recebido em: maio de 2021

Publicado em: dezembro de 2021